

CRES

Revista internacional de Ciências Sociais

Cadernos de pesquisa em educação e saberes

Chamada à contribuições – número temático nº 21

Escola, religiões e laicidade: perspectivas comparatistas e interdisciplinares

Coordenadores do número:

Sébastien Urbanski, MCF sciences de l'éducation, université de Nantes, CREN

Gabriela Valente, Post-doc sciences de l'éducation, université Lyon 2, ECP

Didier Boisson, PU histoire moderne, université d'Angers, TEMOS

Argumento

Em 2010 e 2011, a chanceler da Alemanha Angela Merkel, o primeiro ministro David Cameron e o presidente Nicolas Sarkozy declararam que o multiculturalismo não estava mais na agenda. Segundo Angela Merkel, a ideia de que “agora, vivemos lado a lado e estamos contestes” teria “falhado totalmente”. Segundo David Cameron, “com a doutrina do multiculturalismo do estado, encorajamos diferentes culturas a viver separadas umas das outras”. Por fim, segundo Nicolas Sarkozy, “a verdade é que em todas as nossas democracias, nos preocupamos muito da identidade daquele que chegava e não suficiente da identidade do país que acolhia”. Os sociólogos se perguntam, no entanto, à que esses chefes de estado faziam referência, levando em consideração suas divergências pessoais e os contextos nacionais diferentes. De fato, as políticas multiculturais nunca existiram verdadeiramente na Europa, a não ser quando a confundimos com a implementação de um liberalismo provedor de direitos individuais: por exemplo a liberdade de associação, a não-discriminação ou a liberdade de manifestar sua religião em público (Joppke, 2017). O fato é que alguns políticos gostariam de acabar com um suposto “multiculturalismo” promovendo educação escolar de “valores britânicos” (Grã-Bretanha), “valores da República” (França), ou preservando um ambiente escolar fiel às tradições nacionais supostamente cristãs (Itália, Irlanda ou Polônia).

Na América Latina, as lutas sociais promoveram a ascensão política dos chefes de Estado populares de origem mestiça ou indígena (Penha, 2015) acompanhada de discussões sobre uma “educação étnico-racial”, que clama por uma “descolonização do saber” privilegiando as culturas africanas e indígenas na perspectiva histórica de construir uma identidade latino-americana (Lander, 2005; Gomes, 2018). Esta identidade é marcada pela

associação ambígua entre religião e Estado, assim que pela forte influência da religião cristã dominante, que se reparte em diferentes denominações (Silva, 2007) através de um processo de bricolagem e de sincretismo com as religiões africanas, animistas, espiritualistas e indígenas (Sanchis, 2001). O desafio para essas religiões minoritárias é de persistir em uma sociedade onde a religião cristã “oficial”, com o seu caráter público, participa da construção de laços sociais e de um pertencimento simbólico (Oro, 2008). Mais recentemente, as evoluções políticas e educativas são acompanhadas de uma onda conservadora, particularmente visível no Brasil, que conduz à enfraquecer os esforços de reflexão para uma educação multicultural, laica ou secular, privilegiando uma moralidade de inspiração cristã.

Na América do Norte, as realidades são igualmente contrastantes. O Estados Unidos é fortemente marcado pelo princípio de separação igrejas/Estado, assim que por um ideal de escola pública e laica (*secular*) muito popular até os anos 1980, mas cada vez mais discutida, principalmente por conta da livre escolha da escola (Reese, 2010). Por exemplo, em 2002, um julgamento da Corte Suprema – cuja votação foi acirrada – torna possível a utilização de cheques escolares, emitidos pelo Estado, para escolher as escolas privadas religiosas. Os princípios seculares do *non-establishment*, inscrito na Constituição, são desta forma interpretados de forma “aberta”, ao contrário de uma compreensão habitual nos termos de neutralidade (Cohen, 2016). Em contrapartida, o Canadá, marcado por uma divisão histórica entre protestantes de língua inglesa e católicos de língua francesa, elabora uma doutrina multiculturalista oficial apesar das evoluções potencialmente contraditórias entre compromisso com o liberalismo político, abordagens nacionalistas (sobretudo no Quebec) e reconhecimento de minorias religiosas (Kymlicka, 2007). Muitas tendências se encontram na escola. O sistema escola público do Quebec não organiza a instrução católica, mas desenvolve um curso de “Ética e cultura religiosa” que permanece controverso (Baril e Baillargeon, 2016). Do outro lado, sob o impulso de um governo nacionalista, a lei decreta desde 2019 que o Estado do Quebec é laico. A interdição do uso de símbolos religiosos pelos professores das comissões escolar não deixa de suscitar tensões políticas com o Canada de língua inglesa, que se apresenta como mais aberto nesse sentido.

Quanto a história escolar africana, ela é igualmente marcada pelos fatos religiosos (Soares, 2006). Enquanto as escolas corânicas foram estabelecidas há vários séculos (Ware, 2014), as escolas europeias eram missionárias antes de ser de responsabilidade dos governos coloniais. Se as escolas missionárias foram rapidamente apropriadas pelas populações e tiveram o papel de mediação entre as sociedades africanas e os poderes coloniais laicos e religiosos, as escolas corânicas suscitaram a desconfiança dos administradores coloniais que tentar lhes

controlar. Hoje, o campo escolar no continente africano está em reconfiguração, sobretudo nas relações entre os setores público e privado, e em todos os níveis de ensino. Do lado de um setor privado laico crescente, as novas escolas privadas evangélicas convivem com as antigas escolas missionárias. O ensino do árabe islâmico também evoluiu, tomando formas variadas segundo os países (Cissé, Compaoré & Pilon, 2019 ; Dia, Hugon & d'Aiglepiere, 2016). Consequentemente, o espaço escolar pode ser um espaço de tensões, tendo por questão o lugar das religiões no espaço de inclusão e de exclusão das nações. Este é também o caso em outros continentes, como na Índia, onde, desde o fim do ano de 2019, um movimento estudante representando as universidades públicas manifesta contra uma nova lei sobre a cidadania discriminatória para com os muçulmanos. Os/as estudantes de diversas religiões ou correntes não-religiosas se opõem, desta forma, à uma concepção de cidadania entendida como excludente.

A escola pública nas Américas, na África, na Ásia e na Europa pode ser abordada a partir de uma perspectiva comum. De um lado, a escola tem por missão o respeito da dimensão íntima dos alunos e de suas famílias, suas crenças, seus valores e seus interesses: é a dimensão propriamente liberal que podemos resumir em um ideal de não-interferência (Petit, 2004). Do outro lado, a escola contribui à construir uma dimensão pública da cidadania que é ela mesma necessária para manter as instituições democráticas: sem o engajamento de alguns princípios comuns ou de “valores” cívicos, é difícil de sustentar um mecanismo de identificação com a comunidade política (nem que seja para votar e para estimar a separação dos poderes). É por isso que uma tendência forte política, mas também acadêmica, consiste em promover um “nacionalismo liberal” (Miller & Gustavsson, 2020). Contudo, em que medida a valorização da nação pode ser liberal no que se refere ao respeito da esfera privada dos indivíduos? Essas duas exigências potencialmente contraditórias facilitam o entendimento de tensões, debates, controversas sobre a escola hoje.

O questionamento se estende à laicidade: uma boa parte das discussões políticas e científicas sobre este tema concerne a forma de abordar, tanto como conceito desprendido de toda identidade nacional, como, ao contrário, uma expressão particular desta última, para o melhor e para o pior. Para o melhor, porque esta última seria uma encarnação de ideais universalistas; ou pelo pior, pois ela comportaria elementos excludentes das minorias culturais ontem e hoje (colonização, indiferença às diferenças...). Neste vai-e-vem ambíguo, a laicidade e a “razão universal” se tornaram subitamente atrativas para alguns pensadores liberais (no sentido do liberalismo político) que as percebem como a emanação de “nossos” valores face às minorias culturais e/ou religiosas que surgem sem ter sido convidadas.

No âmbito deste dossiê, o campo interdisciplinar das ciências da educação convida à tratar dessas questões com a ajuda de quatro abordagens: filosófica, sociológica, didática, histórica. A questão será, neste sentido, de trazer clareza as posições (inter-)disciplinares que são vítimas de equívocos: por vezes, ouvimos dizer que a filosofia seria muito “abstrata”, a sociologia conceitualmente “frágil”, a didática “normativa”, a história pouco “explícita” de um ponto de vista teórico, etc. Recusando esses reducionismos, o dossiê será composto destes quatro campos de pesquisa para mostrar as abordagens comuns ou complementares. Uma exigência é que cada proposição de artigo inclua um material empírico, de um lado, *contextualizado* em relação aos desafios sócio-políticos que vão além das questões escolares, do outro lado, analisado segundo a(s) postura(s) disciplinar(es) escolhida(s) cuja as bases metodológicas devem ser claramente explicitadas. Algumas pistas são possíveis neste sentido:

1) Como se distanciar das controversas político-mediática sobre a laicidade, as religiões, a nação, as identidades coletivas? Como analisar de maneira distanciada os discursos públicos, as realidades institucionais, as práticas profissionais dos professores, educadores e diretores de escola, ou ainda as representações e experiências dos alunos e/ou de seus pais? Em quais condições seria possível, o contrário, de se inscrever em uma abordagem crítica que tomaria explicitamente partido sobre estes assuntos? Seguindo as indicações de Max Weber, a sociologia consiste em compreender e explicitar a realidade social sem apresentar juízos de valor. Sabemos, contudo, que as afirmações sociológicas podem ser normativas: elas sugerem por vezes como a sociedade deveria ser. Se Weber convidou a identificar a escala de valores que comanda a constituição de todo objeto de estudo, as questões vivas delineadas nesta chamada poderiam pôr à prova esta questão.

2) Em consequência, as reflexões normativas sobre as questões de religião na escola só podem ser pensadas em toda transparência tendo como base um material empírico evitando a reflexão desconectada da realidade. É então possível de discutir um modelo político particular: liberalismo, nacionalismo, comunitarismo, republicanismo, etc. (Laborde, 2017). A reflexão jurídica pode ter igualmente espaço se a influência de leis, decretos, julgamentos ou jurisprudências é explícita.

3) O trabalho de compreensão de situações escolares se encontra frequentemente sobre um terreno de afrontamentos políticos incluindo o que chamamos hoje de “guerras memoriais” ou a “concorrência das memórias”: a história pode ser mobilizada para legitimar uma unidade nacional, sustentar uma identidade coletiva e mesmo inscrevê-la em uma mitologia das origens. As paixões que suscitadas pelos

programas escolares são sintomáticas desses debates, por exemplo sobre o que é comumente chamado de “ensino dos fatos religiosos” (Nef, 2017) ou as polêmicas relativas ao ensino do islã (Tolan, 2018). Assim, a articulação entre memória e história pode ser trabalhada no âmbito deste terceiro eixo.

4) É também possível de tratar a questão empírica das relações entre saber erudito, saber escolar e saber comum nas situações escolares. Por exemplo, o que se passa em uma classe quando os alunos estudam a coexistência entre diferentes religiões mobilizando seus saberes comuns e a noção de “tolerância” (Vézier, 2018)? E, ao contrário, que acontece quando os saberes científicos, religioso, ligados a ontologias diferentes, entram em concorrência no seio da escola? (Lewandowski, 2015) Estudar os saberes docentes permite sugerir pistas para (r)estabelecer uma ligação entre saberes disciplinares e saberes escolares ao serviço da coerência das aprendizagens. O desafio é, assim, de identificar as condições concretas que permitem realizar esta operação: como levar em consideração as representações dos alunos sobre o tema da religião, as restrições dos contextos de trabalho e dos enquadramentos institucionais, as reformas da formação docente, as diretivas governamentais múltiplas?

Estas pistas são necessariamente parciais: os artigos são convidados à lhes completar, eventualmente à lhes reformular, na condição de se inscrever em uma temática geral da chamada e das exigências metodológicas descritas. No campo das ciências da educação e de suas ligações com as disciplinas contributivas (Albero, 2019), o dossiê convida pesquisadores com perspectivas diferentes para favorecer os diálogos, articulações e/ou passarelas possíveis entre sociologia, filosofia, didática e história sobre a temática em questão, na condição de explicitar os contextos escolares e educativos: características dos estabelecimentos, construção de problemas públicos, parâmetros histórico-político, etc. As técnicas de pesquisa mobilizadas podem ser variadas, com uma preferência para metodologias qualitativas: etnografia, pesquisa histórica, análise do discurso público e/ou de documentos, entrevistas e observações no espaço educativo, especialmente no espaço escolar.

ALBERO Brigitte, 2019, « Les sciences de l'éducation au XXI^e siècle : vers une consolidation disciplinaire de la section ? », Les Dossiers des Sciences de l'Éducation, n° 41, pp. 21-42.

BARIL Daniel & BAILLARGEON Normand, 2016, La face cachée du cours Éthique et culture religieuse, Montréal, Léméac.

CISSÉ Issa, COMPAORÉ Maxime & PILON Marc, 2019, « L'éducation privée confessionnelle au Burkina Faso », in A. Degorce, L. O. Kibora & K. Langewiesche (dir.), *Rencontres religieuses et dynamiques sociales au Burkina Faso*, Dakar, Editions Amalion, pp. 197-224.

COHEN Jean Louise, 2016, « Rethinking Political Secularism and the American Model of Constitutional Dualism », in J. L. Cohen & C. Laborde (dir.), *Religion, Secularism and Constitutional Democracy*, Columbia, Columbia University Press, pp. 113-156.

DIA Hamidou., HUGON Clothilde & D'AIGLEPIERRE Rohen, 2016, « Le monde des écoles coraniques. Essai de typologie pour le Sénégal », *Afrique contemporaine*, vol. 1, n° 257, pp. 106-110.

GOMES Nilma Lino, 2012, « Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Educação & Sociedade », vol. 120, n° 33, pp. 727- 744. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>

GUSTAVSSON Gina & MILLER David (dir.), 2020, *Liberal Nationalism and Its Critics*. Oxford, Oxford University Press.

JOPPKE Christian, 2017, *Is Multiculturalism Dead? Crisis and Persistence in the Constitutional State*, Cambridge, Polity Press.

KYMLICKA Will, 2007, « Ethnocultural Diversity in a Liberal State: Making Sense of the Canadian Model(s) », in K. Banting, T. Courchene & L. Seidle (dir.), *Belonging? Diversity, Religion and Shared Citizenship in Canada*, Montreal, IRPP.

LABORDE Cécile, 2017, *Liberalism's Religion*, Harvard, Harvard University Press.

LANDER Edgardo, 2005, « Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos », in E. Lander, *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 7- 24.

LEWANDOWSKI Sophie, 2015, « Les savoirs scolaires entre mondialisation, décolonisation et hybridation : Modèles de société et éducation à l'environnement em Bolivie », *Tiers Monde*, n° 233, pp. 67-90.

LEWANDOWSKI Sophie & CAVAGNOUD Robin (dir.), 2019, « Dossier : Dieu(x) à l'école : savoirs et trajectoires des jeunes dans les pays non hégémoniques », *Education comparée*, n°21.

MCCREA Ronan, 2016, « Singing from the Same Hymn Sheet? What the Differences between the Strasbourg and Luxembourg Courts Tell Us About Religious Freedom,

NonDiscrimination, and the Secular State », Oxford Journal of Law and Religion, vol. 5, n°2, pp. 183-210.

NEF Annliese, 2017, L'islam a-t-il une histoire ? Du fait religieux comme fait social, Bordeaux, Le Bord de l'eau.

ORO Ari Pedro, 2008, Religião, coesão social e sistema político na América Latina, Instituto FHC e CEPLAN.

PENHA Eli Alves, 2015, « Somos todos americanos? Unidade e diversidade regional nas américas », Brazilian Journal of Latin American Studies, vol. 14, n°14, pp. 63-76.

PETTIT Philip, 2004, Républicanisme : une théorie de la liberté et du gouvernement. Paris, Gallimard.

REESE William, 2010, History, Education and the Schools, New York, Palgrave Macmillan.

SANCHIS Pierre, 2001, Religiões, religião... alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro. In P. Sanchis (dir.), Fiéis & cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil. Rio de Janeiro, EdUERJ. pp. 9-57.

SILVA Wagner, 2007, Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro, São Paulo, Edusp.

SOARES Benjamin F., 2006, Muslim-Christian Encounters in Africa, Leiden, Brill.

TOLAN John, 2018, Mahomet l'Européen. Histoire des représentations du Prophète en Occident, Paris, Albin Michel.

VÉZIER Anne, 2018, « Éducation à la laïcité et enseignement laïque du fait religieux : enjeux d'une pédagogie du discernement », Éducation et socialisation, n° 48. [En ligne], <http://journals.openedition.org/edso/2964>

WARE Rudolph T., 2014, Walking Qur'an : Islamic Education, Embodied Knowledge, and History in West Africa, Chapel Hill, University of North Carolina Press.

Calendário

Utilizando o formulário anexo à chamada, as proposições de resumo devem ser feitas até dia **18 de setembro de 2020**, simultaneamente justo aos coordenadores do dossiê e os editores da revista.

Nathalie Bonini nathalie.bonini@univ-tours.fr

Pierre Guidi pierre.guidi@ird.fr

Sébastien Urbanski, sebastien.urbanski@univ-nantes.fr

Gabriela Valente, gabriela.abuhab.valente@gmail.com

Didier Boisson, didier.boisson@univ-angers.fr

As primeiras versões dos artigos deverão ser entregues dia **1 de fevereiro de 2021**.

As proposições, que podem referir à toda disciplina de Ciências sociais, podem ser escritas em **inglês e em francês**. O dossiê constituirá o n°21 dos Cadernos da pesquisa sobre educação e os saberes, com publicação prevista no primeiro semestre de 2022.

O comitê de redação aproveita para comunicar que a revista possui também uma rubrica “Fora do tema” para a qual a submissão de artigos sobre a educação e os saberes está aberta.